

DINÂMICA TERRITORIAL E POPULACIONAL NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) DAS ÁREAS PROPENSAS À DESERTIFICAÇÃO

8-Movilidad de la población e identidad cultural

Freitas, Nacelice Barbosa

Universidade Estadual de Feira de Santana - Brazil

Palavras-chave: Dinâmica territorial, Dinâmica populacional, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Semi-árido, Desertificação.

INTRODUÇÃO

O texto tem como objetivo analisar a dinâmica territorial e populacional do semi-árido brasileiro/baiano, especialmente das áreas propensas à desertificação. A dinâmica territorial, objeto da pesquisa foi explicada através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), obtendo-se, uma visão social do território, uma compreensão sobre a integração dos espaços através da dinâmica populacional, e das economias territoriais, na visão de Storper (1990). O território em decorrência das relações sociais e de poder estabelecidas, além de ser definido como *locus* do exercício do poder, é também explicado como *locus* do exercício da cidadania e da idéia de pertencimento. (SOUZA, 1995).

A questão básica definida para investigação refere-se à explicação, da relação entre a evolução dos dados referentes ao IDH, e o processo de desertificação no semi-árido, observando de que forma o nível sócio-econômico das populações interferem e/ou vinculam-se à questão socioambiental.

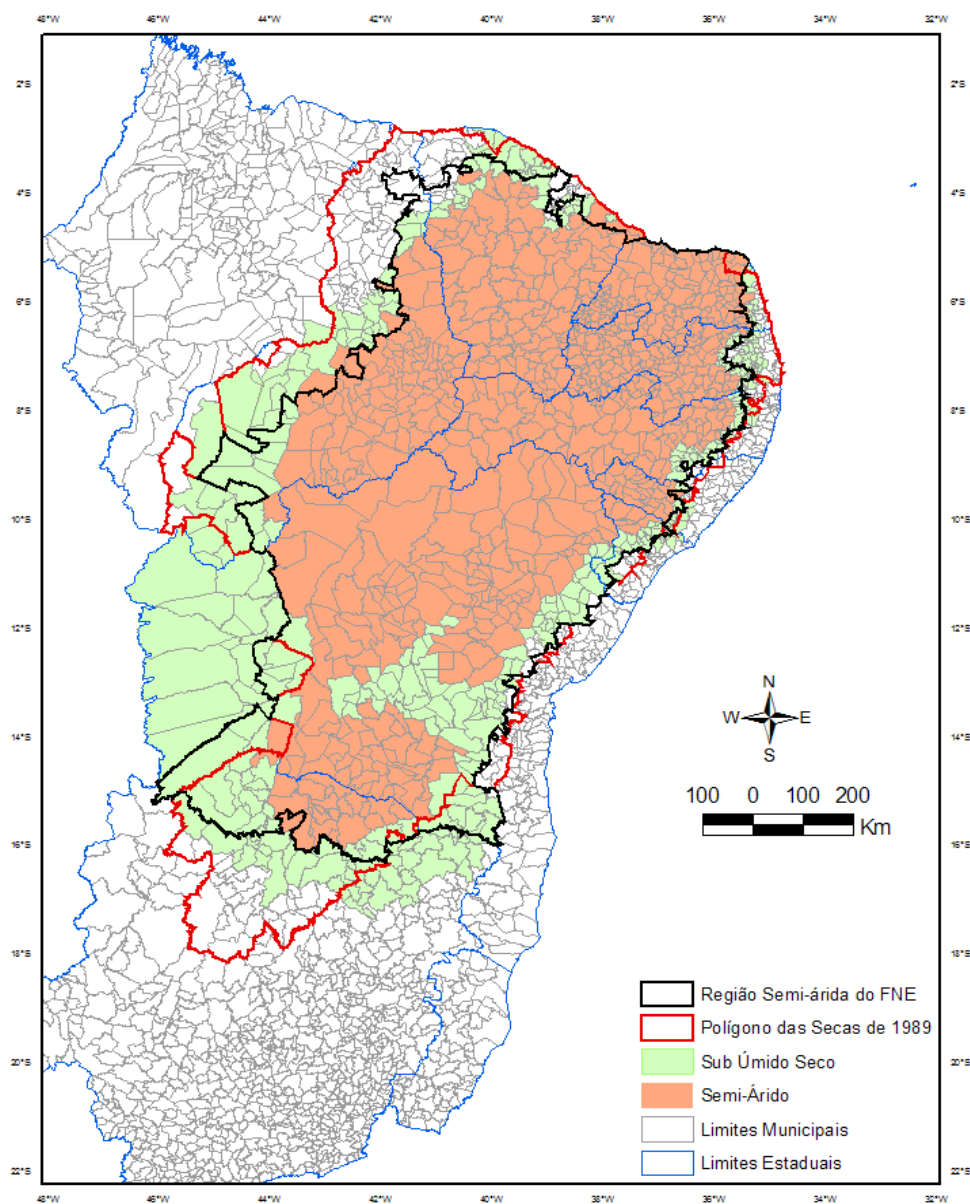
O IDH é resultado da síntese de quatro indicadores: Produto Interno Bruto (PIB) per capita, Expectativa de Vida, Taxa de Alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de vida, e Taxa de Matrícula Bruta nos três níveis de ensino. Este determina uma dinâmica territorial que caracteriza o espaço como aquele destinado a receber as determinações do planejamento regional, tendo em vista o desenvolvimento local. O Estado nessa perspectiva é o promotor e regulador do desenvolvimento econômico, indicando e decidindo sobre a extensão das relações inter e intra-regionais. (SILVA, 2003).

As dimensões políticas e econômicas do território, para além de obedecer à lógica do capital, submetem-se às estratégias do sistema produtivo ao nível global, assim, perde-se a capacidade de valorização do mesmo como campo de ação dos agentes locais/regionais e ao invés de estimular suas capacidades produtivas e competitivas, transferem modelos externos de desenvolvimento.

O espaço delimitado para a realização da investigação compreende o Semi-árido brasileiro, área criada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com base na Lei 7827/89.

Em 2005, o Ministério da Integração Nacional determinou uma nova delimitação para o Semi-árido, a partir da observação dos fatores morfoclimáticos, incluindo 102 municípios que foram acrescentados aos 1.031 já pertencentes à região. Ampliou-se assim, em 8,6% a área territorial da mesma que passou a contar com a totalidade de 1.133 municípios. (FIGURA 1).

FIGURA 1 – REGIÃO NORDESTE, POLÍGONO DAS SECAS E REGIÃO SEMI-ÁRIDA DO FNE



Fonte: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Relatório final do grupo de trabalho interministerial para redelimitação do semi-árido nordestino e do polígono das secas, 2005.

O estudo realizado por uma equipe interinstitucional por meio da PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº. 6, de 29 de Março de 2004 - Diário Oficial da União - Edição Número 61 de 30/03/2004, distinguiu o semi-árido, como o espaço que situa os municípios com índice de aridez de até 0,50 e Risco de Seca, desde que superior a 60%.

Com o objetivo de desenvolver uma análise sobre dinâmica territorial e populacional do semi-árido, foram levantados os números sobre o IDH no período entre 1991 e 2000, e também os dados populacionais, tendo como base as informações dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período entre 1970 e 2000, dos municípios localizados em áreas propensas à desertificação.

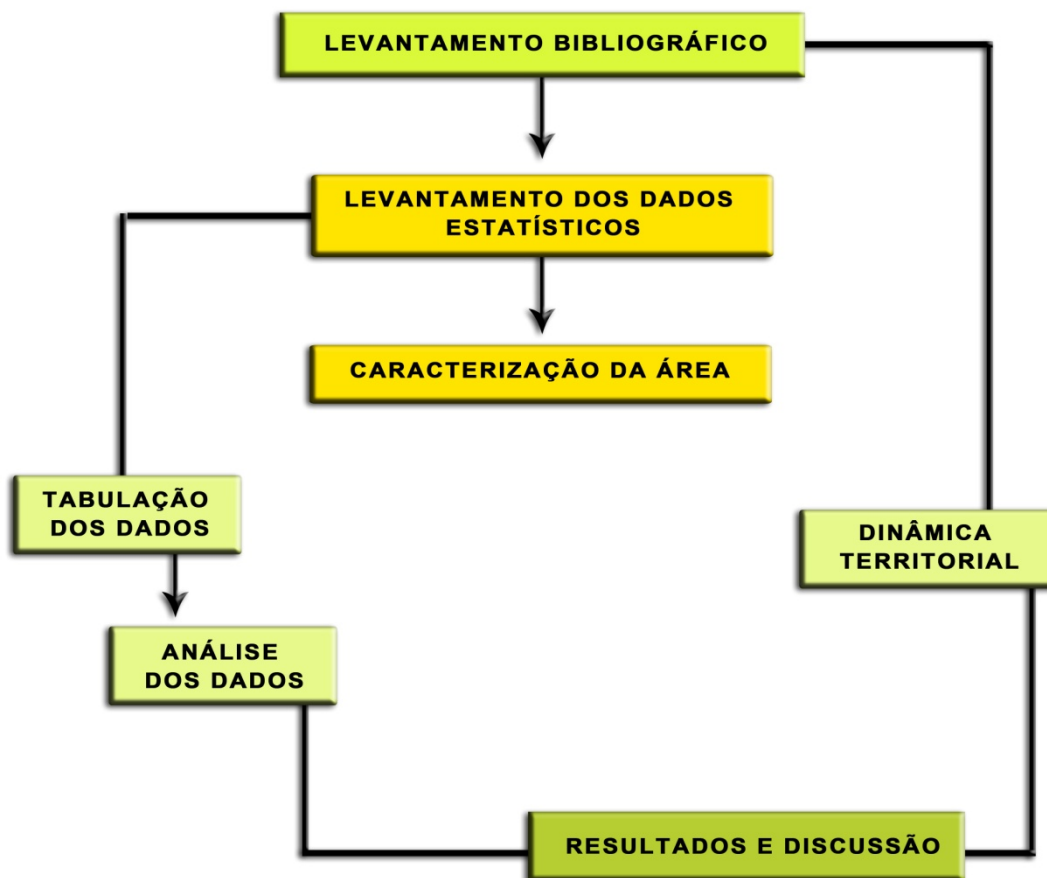
Especificamente, confrontou-se os números referentes à população total, população urbana, população rural, e a taxa de urbanização. Fez-se a leitura da evolução dos mesmos com o intuito de examinar a dinâmica populacional do semi-árido brasileiro, especificamente as áreas propensas à desertificação.

A reflexão sobre a qualidade de vida tornou-se foco da investigação, na perspectiva de explicar os principais fatores que contribuem para a dinâmica populacional do semi-árido. Esses elementos, tomados como referência, foram analisados obedecendo as seguintes etapas: Numa primeira etapa, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre o tema proposto para discussão. Através desse procedimento, buscou-se o conhecimento produzido sobre dinâmica territorial e populacional, observando a importância do mesmo para a ampliação dos conhecimentos geográficos. A segunda etapa, correspondeu ao momento em que foi realizada a análise e mapeamento dos dados atinentes aos municípios da região semi-árida, identificando aqueles localizados em áreas com risco de desertificação.

A avaliação dos índices, relacionando-os com as áreas susceptíveis à desertificação, foi implementada através das informações publicadas no Atlas do Desenvolvimento Humano, e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A dimensão territorial, teve como referência as fronteiras dos municípios, que foram identificados, mapeados e caracterizados a partir das informações estatísticas do período em análise.

A figura 2 sintetiza os passos percorridos para realização do trabalho.

FIGURA 2 – FLUXOGRAMA METODOLÓGICO



As etapas definidas para realização da pesquisa tinham por finalidade viabilizar a explicação sobre a realidade, buscando refletir sobre a relação existente entre o IDH e o

processo de desertificação no semi-árido, e suas interferências na dinâmica territorial e populacional.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Semi-árido brasileiro, área criada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com base na Lei 7827/89, teve seu espaço ampliado pela Resolução N°. 10929/94.

De acordo com as definições da SUDENE, o semi-árido é formado por uma área contígua, apresentando balanço hídrico negativo, resultantes de precipitações inferiores a 800 mm. Esta ainda é demarcada pela intensa insolação, apresentando temperaturas relativamente altas e regime de chuvas assinaladas pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações num período de três meses.

A região Semi-Árida do Nordeste abrange a 11,5% do território nacional, isto é, aproximadamente 950.000 km², compreendendo 52,4% da Região Nordeste que tem 1.500.000. km² de extensão. Esta área vai desde o Vale do Jequitinhonha ao norte de Minas Gerais e Espírito Santo, envolvendo todos os Estados da Região Nordeste.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2005, indicam que a região tem uma população de aproximadamente 30 milhões de habitantes, colocando-a como a região semi-árida mais povoada do mundo - esses números correspondem a aproximadamente 15% da população brasileira e 56% de toda a população do Nordeste.

Esta região é caracterizada pela biodiversidade, onde se podem encontrar os brejos, as planícies fluviais, como a do rio São Francisco, assim como as serras e os planaltos, as áreas chuvosas (com precipitação média anual em torno de 1000 mm/ano na parte central do estado da Bahia) e áreas com poucas chuvas (aproximadamente 250 mm/ano – oeste da Paraíba). O município baiano que apresenta a menor média pluviométrica é Curaçá – Ba, (média de 301 mm/ano, no semi-árido brasileiro a área que menos chove.

A vegetação típica do semi-árido é a caatinga (*kaa* = mato, vegetação e *tinga* = branco), que é constituída por espécies xerófitas, ou seja, plantas adaptadas às condições de semi-aridez. Na caatinga encontram-se espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas (plantas rasteiras). As principais plantas da caatinga são: mandacaru, juazeiro, umbu, macambira, baraúna, xique-xique, estimando-se que existem em torno de 932 espécies de plantas.

Sob o ponto de vista climático, existem áreas com chuvas concentradas e áreas onde a pluviosidade é mais bem distribuída. O clima tropical semi-árido apresenta médias de temperatura em torno dos 28° C e caracteriza-se especialmente pela irregularidade na distribuição das chuvas. Estas interferem também na rede hidrográfica que se determina pela predominância de rios temporários. Os principais rios do semi-árido são Itapicuru, Piranhas-Açu, Paraíba, Paraguaçu, Jacuípe, Peixe, Una, Utinga, Capivari, Contas, além do rio São Francisco, que é perene mesmo atravessando todo o semi-árido.

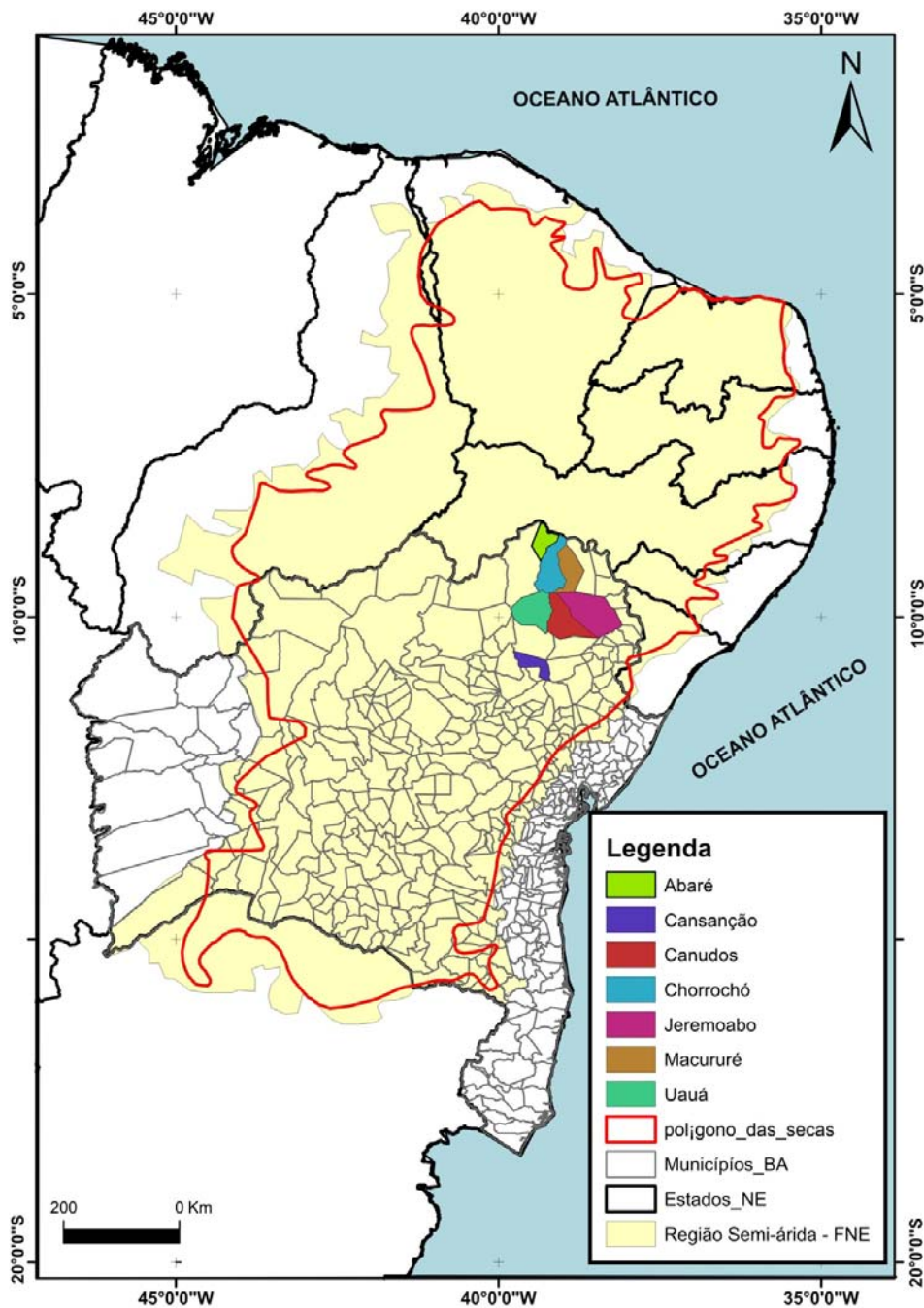
O semi-árido é sempre definido – especialmente na literatura e pela mídia - a partir das características apresentadas pela natureza, mostrando a semi-aridez como aspecto negativo. Nesse sentido, não são evidenciadas as potencialidades socioambientais da região, assim negligenciam-se, as suas “possibilidades”, e “capacidade” de auto-sustentabilidade, sendo apontada sempre como um “problema” regional/nacional.

Essa imagem de “região problema” é resultado do processo histórico iniciado desde o período colonial, onde as políticas territoriais se direcionaram para favorecer as elites

regionais, não contribuindo para melhorar a qualidade de vida da maioria da população, o que gerou graves problemas sociais e econômicos.

O Estado da Bahia, foco principal da análise, tem a maior parte de seu território - cerca de 70% - situado no semi-árido: as áreas litorâneas e a região Oeste, compreende os 30% restantes. Selecionou-se para a análise os municípios do localizados em áreas propensas à desertificação de quatro Territórios de Identidade: Abaré, Chorrochó, e Macururé (Território de Itaparica), Canudos e Uauá (Território Sertão do São Francisco), Jeremoabo (Território Semi-árido Nordeste II) e Cansanção (Território do Sisal).

FIGURA 3 - MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO BAIANO LOCALIZADOS EM ÁREAS PROPENSAS À DESERTIFICAÇÃO



Fonte: Secretaria de Recursos Hídricos (SRH). Adaptado por NASCIMENTO, Camilo de J. 2009.

É no semi-árido, portanto, que se concentra grande parte da população baiana, distribuída de forma desigual, quando a densidade demográfica corresponde a 15,9 hab/Km², enquanto a média do Estado é de 20,9 hab/Km². A análise da dinâmica populacional e do IDH visa, fazer uma relação entre processo de desertificação e qualidade de vida.

DINÂMICA TERRITORIAL: BREVE DISCUSSÃO

A análise da dinâmica territorial na atualidade deve considerar as transformações socioespaciais consolidadas no final do século XX e início do XXI, porque é evidente que o processo de globalização determina a reterritorialização das atividades econômicas, tendo em vista a tendência à internacionalização dos mercados. Tais transformações atingem os territórios e seus efeitos imprimem uma dinâmica territorial específica.

O território é a base para a explicação da dinâmica territorial, quando analisadas as estratégias de desenvolvimento regional implantadas pelos agentes do processo ao nível local/regional. Assim, é a categoria de análise apropriada para a explicação dos aspectos, que envolvem a soberania nacional, ou seja, este é o *locus* da legitimação do Estado na visão de Becker e Egler (1994, p. 125-126), quando afirmam que a:

(...) integração territorial foi um recurso ideológico essencial utilizado para ampliar o controle do território nacional e encobrir as políticas seletivas espaciais e sociais.

Enquanto regulador e organizador do território nacional, o Estado transformou as condições históricas prévias, produzindo o seu próprio espaço.

O espaço nacional é apropriado pelo Estado que o controla, transforma, produzindo relações socioespaciais. Nesse sentido, a relação entre Estado e território constitui-se em uma forma para explicar a dinâmica territorial, nas diversas escalas: nacional, regional, estadual e local.

A dinâmica territorial do semi-árido baiano pode ser explicada a partir das relações sociais e de poder estabelecidas no território. Este, como foi explicitado anteriormente, além de ser definido como *locus* do exercício do poder, deve ser entendido, também, como *locus* do exercício da cidadania. Haesbaert (1996, p.369), explicando o processo de formação de “novos territórios”, no que ele define como ‘novo’ Nordeste, analisa o movimento socioespacial como resultante das transformações no espaço agrícola. A dinâmica territorial implantada, então, resulta de uma modernização definida como “arrasadora” e para o autor:

Esse processo de destruição de antigos territórios, re-traduzidos em espaços econômicos de uma rede em última (primeira?) instância planetarizada, é denominado fundamentalmente, por uma velocidade capitalista cujo conteúdo técnico, hoje, permite ritmos inusitados de transformação socioespacial.

A complexidade do conceito de território é evidente, observando-se a capacidade que tem a sociedade capitalista de conferir-lhe uma dinâmica própria. A técnica impressa no espaço determina a velocidade das comunicações, aprofunda as articulações intra e inter-regionais, expressando a multidimensionalidade do mesmo. Assim o semi-árido deve

ser explicado a partir da multidimensionalidade da configuração territorial, e também das articulações intra e inter-regionais, que dependem dos recursos e capacidade técnica.

Na visão de Santos (2000, p. 36):

(...) o trabalho, hoje, é condicionado pela técnica e graduado, avaliado em função do que se admite ser a graduação da técnica, mas na verdade o é pelas relações sociais. Na medida em que a técnica é uma autorização para fazer, e o trabalho é um fazer, ele passa a ser autorizado pela técnica. Por conseguinte, é a técnica, isto é, o conjunto de instrumentos objetivos à minha disposição, o que indica qual trabalho posso fornecer.

Silva e Silva (2003, p. 27) chamam a atenção para importância da questão territorial na atualidade, em decorrência da capacidade de “integração global de lugares e regiões”, o que implica em novo entendimento sobre o território, definido pelo autor a partir de “quatro” características:

- O território expressa, em um determinado momento, um complexo e dinâmico conjunto de relações socioeconômicas, culturais e políticas, historicamente desenvolvidas e contextualmente especializadas, incluindo sua perspectiva ambiental;
- em função das diferentes formas de combinação temporal e espacial das relações acima citadas, os territórios apresentam grande diversidade, com fortes características identitárias e isto envolvendo diferentes escalas;
- Os territórios assim identificados tendem, potencialmente, a apresentar laços de coesão e solidariedade também estimulados e dinamizados pelo crescimento das competitivas relações entre diferentes unidades territoriais no contexto da globalização;
- Assim, em termos dinâmicos, os territórios tendem a valorizar suas vantagens (e possibilidades) comparativas através, e isto é relativamente recente, de formas organizacionais sociais, institucionalmente territorializadas, capazes de promover uma inserção competitiva e bem sucedida nas novas e dinâmicas relações socioeconômicas, culturais e políticas de nossos tempos, em uma escala global.

A definição de território explicitada reflete a multidimensionalidade do espaço em questão, e isso se torna possível diante da interdisciplinaridade inerente à ciência geográfica. A dinâmica territorial é, portanto, resultante da inter-relação dos elementos sociais, políticos, culturais, econômicos e ambientais. Além disso, este também é o palco da consolidação das identidades nas diversas escalas, assim como fator fundamental para estruturar as relações diferenciadas no contexto do sistema produtivo global. Percebe-se então, as novas formas de explicação da configuração sócio-territorial do semi-árido brasileiro no contexto de globalização, indicando as possibilidades de inserção dessa região na dinâmica territorial global.

Tomando como base a discussão de Castro (2000, p.50), quando define território como “não apenas o continente, mas um dado efetivo da inovação”, pode-se concluir que a dinâmica territorial, decorrente da organização do sistema produtivo, demarca uma nova configuração, diretamente relacionada à capacidade dos agentes locais/regionais de produzir as mudanças territoriais, especialmente nesse contexto, tendo o semi-árido brasileiro como um campo fértil para o desenvolvimento dessa análise (CASTRO, 2000; FONSECA, 2005).

DINÂMICA POPULACIONAL E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

Os dados populacionais, especificamente sobre o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), constituem elemento chave para compreensão da dinâmica territorial quando analisamos as estratégias para o desenvolvimento sustentável no semi-árido.

Dessa forma, estes serão levantados e analisados, como elementos para explicar a dinâmica territorial, no semi-árido baiano em decorrência das relações socioambientais estabelecidas. O território, como já foi dito anteriormente, é o *locus* do exercício do poder e da cidadania, e esta, pode ser explicada a partir dos indicadores sociais.

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, é resultado da síntese de quatro indicadores:

- Produto Interno Bruto – PIB per capita;
- Expectativa de Vida;
- Taxa de Alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de vida;
- Taxa de Matrícula Bruta nos três níveis de ensino, isto é, a relação entre a população que se encontra em idade escolar e o número de pessoas matriculadas no ensino fundamental, médio e superior.

Como já foi dito anteriormente o IDH determina uma dinâmica territorial que caracteriza esse espaço como aquele destinado a receber as determinações do planejamento regional, tendo em vista o desenvolvimento local. Esta será então determinada pelo Estado, que nessa perspectiva, é o promotor e regulador do desenvolvimento econômico, quando delibera sobre a extensão das relações inter e intra-regionais. Deve-se reconhecer, portanto que as dimensões políticas e econômicas do território, são consolidadas com base na reprodução do capital, e estão submetidas-se às estratégias do sistema produtivo ao nível global. Perde-se assim, a capacidade de valorização do território como espaço concreto para a ação dos agentes locais/regionais e ao invés de estimular suas capacidades produtivas e competitivas, transferem-se os modelos externos de desenvolvimento.

A dinâmica territorial, objeto dessa investigação foi analisada através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), buscando-se, portanto conferir uma visão social para o território, no sentido de explicá-lo sob o ponto de vista da integração dos espaços através da dinâmica populacional, e das economias territoriais. (STORPER (1994). A problemática a ser levantada busca respostas para a relação entre a evolução dos dados Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) e o processo de desertificação no semi-árido, analisando como o nível sócio econômico das populações, especialmente a qualidade de vida, interferem e contribuem com a questão socioambiental.

Tomando como base a discussão de Castro (2000, p.50), pode-se concluir que, o território, pode ser definido, “não apenas o continente, mas um dado efetivo da inovação”. A dinâmica populacional decorrente do Índice de Desenvolvimento Humano define uma nova configuração que está diretamente relacionada com o contexto sócio-territorial.

O Índice de Desenvolvimento Humano varia de zero – que corresponde a nenhum desenvolvimento – a um, isto é, desenvolvimento humano total. Sendo assim, tem-se a seguinte classificação:

- IDH entre 0 e 0,499 – baixo
- IDH entre 0,500 e 0,799 – médio
- IDH entre 0,800 e 1 – alto

As informações contidas no Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/Brasil), indicam que o Brasil situava-se no grupo de países que apresentam médio IDH até 2005, melhorando a sua posição ao nível mundial a partir desse ano. Em 1990 o país registrava um IDH médio de 0,723, em 1995 igual a 0,753, já em 2000 este correspondia a 0,789, em 2005 era de 0,800 e em 2006, apresentou um IDH médio igual a 0,807, colocando-se na 70ª posição ao nível mundial. A Bahia em 2000 apresentou um IDH igual a 0,688 e de 0,742 em 2005, portanto, médio IDH.

A desertificação constitui-se numa questão socioambiental fundamentalmente importante, principalmente quando associada à problemática e as características naturais do semi-árido. O Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – Pan-Brasil (2004, p. 14), reclama sobre os cuidados que a sociedade deve assumir quando se trata das áreas localizadas em espaços com risco de desertificação. Estas são aquelas que constantemente alternam longos períodos de estiagens e chuvas intensas. A região semi-árida da Bahia apresenta significativa propensão para tal processo, pois a irregularidade das chuvas e os longos períodos de estiagens colaboram para o aparecimento de áreas que se encaminham para desertificação.

O processo de desertificação no semi-árido brasileiro, e particularmente na Bahia, é reflexo dos fenômenos das secas prolongadas, chuvas irregulares e escassas, além do uso incorreto dos recursos e das práticas agrícolas.

O dados publicados pelo programa acima mencionado, indicam que existem aspectos e fatores específicos responsáveis pelo processo de desertificação que variam, no tempo, com a região ou país (p. 24). Dessa forma podem-se ser ressaltar três fatores (p. 25):

- O rigor das condições climáticas durante o período considerado (particularmente em termos de precipitação anual);
- A pressão populacional e o padrão de vida das pessoas envolvidas;
- O nível de desenvolvimento do país e a qualidade das medidas preventivas adotadas.

De acordo com o levantamento feito através do trabalho de campo, realizado por pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e Análise sobre o Território, da Universidade Estadual de Feira de Santana Bahia/Brasil, dos 265 municípios localizados no semi-árido baiano, quase metade encontra-se em processo de degradação, podendo-se afirmar que situam-se em áreas propensas à desertificação. Tal processo resulta do desmatamento indiscriminado e também do desenvolvimento de práticas agrícolas inadequadas. Abaré, Cansanção, Canudos, Chorrochó, Jeremoabo, Macururé e Uauá, estão localizados nas áreas mais degradados.

Os dados apresentados na tabela 1 indicam O IDH dos municípios definidos para o estudo e que se situam em área as propensas à desertificação nos anos de 1991 e 2000. A Leitura dos mesmos, permite afirmar que, em 1991 Cansanção, Canudos, Chorrochó, Jeremoabo e Macururé, apresentam baixo IDH, enquanto Abaré e Uauá situam-se entre os classificados como médio IDH. Já em 2000, todos os municípios encontram-se na faixa do médio IDH.

TABELA 1 – IDH DOS MUNICÍPIOS LOCALIZADOS EM ÁREAS PROPENSAS À DESERTIFICAÇÃO - 1991 E 2000

MUNICÍPIO	IDH – 1991	IDH - 2000
Abaré	0, 51	0, 595
Cansanção	0, 470	0, 596
Canudos	0, 473	0, 538
Chorrochó	0, 49	0, 589
Jeremoabo	0, 455	0, 557
Macururé	0, 467	0, 599
Uauá	0, 509	0, 616

Fonte PNUD/Brasil, 1991 e 2000.

Os dados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os anos de 1970 e 2000, estão expostos nas tabelas de 2 a 5, que informam sobre a evolução da população total, urbana, rural e o grau de urbanização dos municípios definidos para a análise.

Em 1970, Abaré apresentava a menor população total e também rural dentre todos os municípios, enquanto Jeremoabo registrava a maior população total, urbana, rural, assim como, o maior grau de urbanização. A menor população urbana e conseqüentemente a menor taxa de urbanização é de Chorrochó. (TABELA 2).

TABELA 2 - POPULAÇÃO TOTAL, POPULAÇÃO URBANA, POPULAÇÃO RURAL E GRAU DE URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS LOCALIZADOS EM ÁREAS PROPENSAS À DESERTIFICAÇÃO - 1970

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)
Abaré	6873	973	5900	14,16
Cansanção	18790	2208	16582	11,75
Canudos	-----	-----	-----	-----
Chorrochó	10242	902	9340	8,81
Jeremoabo	28625	5805	22820	20,28
Macururé	7192	954	6238	13,26
Uauá	17297	2706	14591	15,64

Fonte: Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1970.

A análise dos dados da tabela 3, permite concluir que Jeremoabo continua sendo o mais populoso, aumentando também, o percentual de população que habita o campo. A menor população total e população rural é a de Macururé, enquanto a menor população urbana e o menor grau de urbanização a de Chorrochó.

TABELA 3 - POPULAÇÃO TOTAL, POPULAÇÃO URBANA, POPULAÇÃO RURAL E GRAU DE URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS LOCALIZADOS EM ÁREAS PROPENSAS À DESERTIFICAÇÃO - 1980

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)
Abaré	8966	1537	7429	17,14
Cansanção	24423	3313	21110	13,57
Canudos	-----	-----	-----	-----
Chorrochó	10256	905	9351	8,82
Jeremoabo	33436	4981	28455	14,90
Macururé	8295	1373	6922	16,55
Uauá	20314	4541	15773	22,35

Fonte: Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1980.

Os dados dos Censos Demográficos do IBGE de 1970 e 1980, demonstram que Chorrochó apresentou o menor crescimento, tanto da população total – aumento de 14 pessoas em 10 anos, quanto da população urbana – 3 pessoas para o mesmo período, e também rural que somou apenas 11 pessoas em uma década. (TABELAS 2 e 3).

A dinâmica populacional apresentada por Chorrochó chama atenção, pois situa-se em área degradada, com risco evidente de desertificação, especialmente porque a sua economia tem por base a agricultura. As dificuldades em desenvolver tal atividade foram agravadas, pois nesse período, o município registrou IDH classificado como baixo, assim, a população tende a migrar para outras regiões do país em busca de melhores condições de vida.

Em 1991, Jeremoabo mantém a maior população total, urbana e rural, dentre os municípios, porém o maior grau de urbanização está com Canudos, e a menor com Chorrochó, mesmo tendo este último apresentado um significativo crescimento – de 8,82% para 15,93%. A menor população total, urbana e rural é a de Macururé. (TABELA 4).

TABELA 4 - POPULAÇÃO TOTAL, POPULAÇÃO URBANA, POPULAÇÃO RURAL E GRAU DE URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS LOCALIZADOS EM ÁREAS PROPENSAS À DESERTIFICAÇÃO - 1991

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)
Abaré	11446	2949	8497	25,76
Cansanção	30825	6900	23925	22,38
Canudos	13786	5236	8550	37,98
Chorrochó	9601	1529	8072	15,93
Jeremoabo	38483	13582	24901	35,29
Macururé	6758	1353	5405	20,02
Uauá	24344	7251	17093	29,79

Fonte: Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1991.

Comparando os dados demográficos entre 1980 e 1991, registrou-se uma dinâmica em que há perda de população total dos municípios de Chorrochó e Macururé, cerca de 655 e 1537 respectivamente. (TABELAS 3 e 4).

Sabendo-se da importância da força de trabalho para a promoção do desenvolvimento, observa-se que o crescimento negativo da população implica em atraso e conseqüentemente fragilização da qualidade de vida.

TABELA 5 - POPULAÇÃO TOTAL, POPULAÇÃO URBANA, POPULAÇÃO RURAL E GRAU DE URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS LOCALIZADOS EM ÁREAS PROPENSAS À DESERTIFICAÇÃO - 2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)
Abaré	3648	5528	8120	40,5
Cansanção	31947	9221	22726	28,9
Canudos	13761	7012	6749	51,0
Chorrochó	10171	2155	8016	21,2
Jeremoabo	34916	14764	20152	42,3
Macururé	8612	2355	6257	27,3
Uauá	25993	9608	16385	37,0

Fonte: Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2000.

Em 2000 as informações do Censo Demográfico do IBGE, confirmam que Jeremoabo é ainda o município mais populoso, apesar de perder um contingente populacional de 3567 habitantes entre 1991 e 2000. Canudos perde nessa década, cerca de 25 pessoas. Cansanção registra a maior população urbana, mas a maior taxa de urbanização está com Canudos, enquanto a menor é de Chorrochó. A menor população total e rural pertence ao município de Macururé.

As estatísticas referentes aos municípios selecionados para a análise, demonstram dinâmica populacional que é particular do semi-árido, especialmente de áreas degradadas, pois a fragilidade da qualidade de vida, faz com que, os habitantes sejam obrigados a deslocar-se da região para outras áreas do país, em busca de melhores condições de sobrevivência. Este fato é mais evidente em períodos de estiagens, verificando-se a necessidade de desenvolver e consolidar políticas públicas que tenham como meta a convivência com o semi-árido e a recuperação do ambiente das áreas propensas à desertificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui tem-se alguns aspectos fundamentais para se pensar o território. A dinâmica populacional associada aos elementos necessários à definição da qualidade de vida, isto é, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), caracterizam o espaço, mas também apontam para a problemática específica de cada lugar ou região.

O estudo permitiu concluir que o semi-árido é discutido e definido na literatura brasileira e internacional, especialmente pelas características morfoclimáticas, quando são apontados quase sempre os aspectos negativos da semi-aridez. Assim, não se coloca como prática analisá-lo a partir das suas potencialidades socioambientais nem da dinâmica territorial, negligenciando, portanto, a escala regional, em decorrência das dificuldades de definir a sua complexidade.

Castro (1992, p. 32) afirma que:

A região é, então, uma fração estruturada do território. Por constituir uma estrutura, a região possui uma identidade que permite diferenciá-la do seu entorno. Essa personalidade regional possibilita a sua delimitação a partir da compreensão da especificidade que ela contém. A região é, portanto, concreta, observável e delimitável. Como qualquer segmento do espaço, a região é dinâmica, historicamente construída e interage com o todo social e territorial. Portanto, suas características internas são determinadas e determinantes desta interação.

A configuração da Região Nordeste e do semi-árido, deste modo, decorre da formação socioespacial, resultante do processo histórico nela implantado. Sendo assim, as questões sócio-territoriais do semi-árido brasileiro/baiano, especialmente em áreas com risco de desertificação, só serão minoradas com políticas públicas que tenham em vista o combate à desertificação e mitigação dos efeitos da semi-aridez.

A abordagem dessa questão é fundamentalmente importante para apresentar ao plano analítico, a necessidade de ampliação da discussão, com o intuito de remover as barreiras empreendidas pelo Estado e pela sociedade.

As reflexões têm como objetivo básico, subsidiar uma explicação, mesmo que parcial e rápida, sobre a dinâmica territorial e a dinâmica populacional, assim como a qualidade de vida do semi-árido brasileiro/baiano, especialmente das áreas propensas à desertificação.

Considerado o que foi exposto, acredita-se que o exercício foi feito, pois se definiu mais uma forma de analisar a região semi-árida. Enfim, a proposta não é terminar o que foi apresentado neste texto, mas, ao contrário, ampliar o debate que já vem sendo desenvolvido há algum tempo.

O contexto delineado faz parte de uma dinâmica que tem origens na formação socioespacial, e só será transformada a partir do momento em que os conhecimentos geográficos passem a fazer parte da agenda do Estado, enfocando o território nas diversas Escalas: nacional regional e local.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. & EGLER, Claudio A. **Brasil uma nova potencia regional na economia-mundo**, 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CAR – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL. **Agropecuária no Semi-árido da Bahia**. Salvador, 1995.

CASTRO, Iná E. et al (orgs.) **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/FAPERJ, 2000.

_____. **O mito da necessidade**. Discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). **Informações Básicas dos Municípios baianos**. Região Nordeste. Salvador: 1994.

FONSECA, A. A. M. da. **Instituição e desenvolvimento territorial**: o desempenho municipal após a descentralização. Feira de Santana: UEFS, 2005.

HAESBAERT, R. **“Gaucho” e baianos” no “novo”**: entre a globalização econômica e a Reinvenção doas identidades territoriais 367 a 415 Nordeste 1996 in: CASTRO, I. GOMES, P. C. da C. CORREA R. L. (orgs), Brasil: questões atuais da reorganização do território Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos**. 1970, 1980, 1991, 2000.

LOBÃO, J. S. B. et al. **Semi-Árido da Bahia, limites físico ou sócio-político?** Uma abordagem geotecnológica para a delimitação oficial. Anais - I I Simpósio Regional de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto Aracaju/SE, 2004 In: <http://www.cpatc.embrapa.br/labgeo/srgsr2/pdfs/poster15.pdf> Acessado em 16/04/2006

MI - Ministério da Integração Nacional. **Relatório final do grupo de trabalho interministerial para redelimitação do semi-árido nordestino e do polígono das secas**. Brasília: janeiro, 2005)

SANTOS, M **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record. 2000.

_____. **Território e Sociedade** – Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Sylvio B. M., SILVA, Bárbara-Cristine N. da. **Estudos sobre globalização, território e Bahia.** Salvador: UFBA, 2003

STORPER M. A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo. In: VALADARES, L. et al. (Orgs.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios.** São Paulo: Nobel/IUPERG, 1990.